



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.061, DE 2021.

Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil, e dá outras providências.

EMENDA SUPRESSIVA Nº - CM (à MPV nº 1.061, de 2021)

Suprima-se o artigo 23 da Medida Provisória nº 1.061, de 2021.

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda à Medida Provisória 1061, de 2021, que institui o Programa Auxílio Brasil, em substituição ao Programa Bolsa Família, tem por finalidade suprimir a possibilidade conferida aos beneficiários de programas federais de assistência social ou transferência de renda de autorização para que a União proceda aos descontos em seus benefícios, de modo irrevogável e irretratável, em prol de instituição financeira que opere a modalidade de microcrédito, para fins de amortização de valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos e financiamentos, até o limite de trinta por cento do valor do benefício, nos termos do regulamento.

Nos benefícios previdenciários, em que predomina uma estabilidade de pagamento, a autorização já existente propicia o encalço de várias pessoas em sucessivas ofertas de empréstimos, à medida em que o saldo amortizado permite reconfigurar o valor do benefício pago para nova contratação de crédito. Essa realidade, já preocupante, sobretudo diante de rotineiras



SF/21983.62991-15



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador FLÁVIO ARNS

reclamações de contrações de empréstimos indevidas, se a autorização do consumidor, é agravada se for ‘transplantada’ para transferências de benefícios cujo recebimento não configura um direito adquirido, pois a própria MP apresenta condicionantes para a concessão dos benefícios do Programa, e manutenção da condição de família beneficiária neste.

A emenda, é preciso destacar, não impede que a pessoa contrate empréstimo, pois é livre a destinação que dá à renda recebida, qualquer que seja a sua natureza. O que se propõe, na verdade, é impedir que, mediante autorização, a União proceda ao desconto dos valores pagos, facilitando a dinâmica de contratação de empréstimos com efeito cascata, sobretudo quando realizados sem a autorização do consumidor.

Assim, como medida de cautela e justiça, propomos emenda supressiva para retirar o artigo 23 da MP n. 1061, de 2021, assim evitando dissabores de consignação automática em reprovável prática de empréstimos não solicitados em benefícios que não possuem caráter permanente.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 2021.

SENADOR FLÁVIO ARNS
(PODEMOS/PARANÁ)



SF/21983.62991-15